



II Encontro Ibero-Americano Agenda 2030 no Poder Judiciário



HISTÓRICO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGENDA 2030 NO PODER JUDICIÁRIO

2018

Portaria Nº 133, de 28/09/2018

Instituição do Comitê Interinstitucional destinado a proceder estudos e apresentar proposta de integração das metas do Poder Judiciário com as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030.

Portaria Nº 148 de 20/11/2018

Designação de membros do Comitê Interinstitucional.

2019

Portaria Conjunta Nº 1 de 31/01/2019

Instituição do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão pelo CNJ e CNMP.

Provimento Nº 85 de 19/08/2019

Adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030, pelas Corregedorias do Poder Judiciário e pelo Serviço Extrajudicial, durante o I Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário.

Portaria Nº 119 de 21/08/2019

Instituição do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS).

Resolução Nº 296 de 19/09/2019

Criação da Comissão Permanente de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030 pelo o Plenário do CNJ.

Portaria Conjunta Nº 3 de 11/11/2019

Alteração da Composição do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão.

2020

Portaria CNJ nº 55/2020

Alteração na composição do Comitê Interinstitucional, assim como a complexificação de suas competências.

Portaria Nº 57 de 20/03/2020

Inclusão do caso Coronavírus – Covid-19 no Observatório Nacional, a partir do entendimento unânime quanto à necessidade de reunir e compartilhar informações e deliberações relevantes e urgentes a respeito do vírus.

Portaria Conjunta Nº 3 de 08/05/2020

Inclusão do tema Proteção aos Povos Indígenas e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15, da Agenda 2030, para monitoramento pelo Observatório Nacional.

Portaria Conjunta Nº 4 de 09/06/2020

Inclusão formal do monitoramento de temas relacionados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Agenda 2030, para dar visibilidade às vítimas atingidas, através do Observatório Nacional.

Resolução Nº 325 de 29/06/2020

Disposição da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.